

Colóquio Necessário a Continuidade das Empresas

Antônio Lopes de Sá

O primeiro Congresso de Sustentabilidade Empresarial, realizado em Curitiba, sob o patrocínio do MNREB - Movimento Nacional para Recuperação de Empresas Brasileiras, produziu a chamada "Carta de Curitiba".

Tal documento tornou público que o entendimento das classes produtoras é o de que o papel clássico do governo, em todos os níveis, é criar um ambiente institucional adequado à implantação, desenvolvimento e manutenção de empresas de todos os portes, e sobretudo dos pequenos negócios, com destaque para os seguintes pontos:

1. regras claras e estáveis;
2. garantia do direito de propriedade;
3. garantia aos contratos juridicamente perfeitos;
4. estabilidade da moeda;
5. carga tributária simples e moderada;
6. simplificação nas relações trabalho/capital;
7. adequada regulamentação para os investimentos;
8. adequada legislação para solução de empresas em dificuldades (lei de falências);
9. equilíbrio das contas públicas;
10. existência de crédito e financiamento em volumes e custos adequados;
11. burocracia simples e facilidades à abertura e fechamento de empresas;
12. eficiente sistema de solução de controvérsias (justiça eficaz).

Estive presente ao evento, levando minha contribuição aos empresários, dentro de minha especialidade técnica.

Evidenciei, em palestra, bem debatida a seguir, que a Contabilidade, nas empresas, pode denunciar as grandes distorções relativas aos impactos externos que recebe, especialmente os provenientes da influência das políticas estatais.

Fiz ver que, segundo o que podemos apurar, a elevação dos custos tem reflexos gravosos sobre a formação dos preços e estes sobre a evolução das receitas, pois, na medida em que um produto fica mais caro, o poder de compra do consumidor encurta, afeta vendas e estas os resultados.

Algumas empresas resistem, outras se beneficiam com as marchas especulativas (especialmente as beneficiadas pelas altas taxas de juros), mas, a grande parte sofre amargamente.

O problema da "continuidade" dos negócios, em grande parte, depende das políticas governamentais.

As análises contábeis são auxiliares de rara importância para acusarem a "tendência" dos empreendimentos, ou seja, se uma empresa vocaciona-se ou não para seguir vivendo, mas, necessitam de especialistas para ensiná-las.

Os pequenos negócios, entretanto, nem sempre podem dispor de analistas e o serviço que atribuem a seus contadores, limita-se, quase sempre, a cumprir rotinas fiscais e o mínimo que a lei exige para uma escrita regular.

Muitas sequer realizam a apuração pelo "lucro real" e adotando as bases presumidas ou simplificadas, nem ao menos fazem anotações que as capacite a medir o curso do capital que movimentam.

Tem faltado a muitos empresários uma conversa habitual com o Contador e este, por sua vez, diante de uma parca remuneração do serviço que presta, não se preocupa em ir além do solicitado.

Em países desenvolvidos, todavia, o empresário nada decide de maior importância sem ouvir seu contabilista, sem constantemente conversar com o mesmo.

Nos dias que correm, em nosso país, tal burocracia está envolvendo as empresas que o tempo aplicado em cumpri-la consome muitos milhões de horas improdutivas, criando dificuldades sérias, paralelamente a aumentos gravosos de impostos e juros impossíveis de serem úteis à produção.

O tempo para "pensar" está sendo consumido pelos profissionais em "fazer declarações e preencher guias", atentando contra o interesse geral da nação e que é o de alimentar empresas para ter-se prosperidade e poder de compra do povo.

Há cerca de 2.500 anos, Confúcio pregava a doutrina de que o Estado só se justifica quando serve ao cidadão, promovendo a felicidade do povo.

Desde que a dinastia Han (206 a 220 da era cristã) passou a adotar a filosofia de Confúcio (que era Contador), a China passou a viver longos períodos de bem estar geral, inspirando que outras seguissem o mesmo rumo.

A antiga sabedoria provou, em muitos períodos da história, que não pode haver felicidade geral sem que exista continuidade próspera nos empreendimentos produtivos, sem que se valorize o trabalho e se permita que este possa desenvolver-se com facilidade e amparo.

Ou seja, o Congresso de Curitiba, realizado no início deste século XXI, voltou a evidenciar que o acerto está em seguir ao que há quase dois milênios e meio pregou um sábio, o que mais acreditado foi e continua a ser no oriente.

Evidenciado ficou que: verdade não tem idade e que é o experimentado que gera um lema consagrado.